



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MESP - POLÍCIA FEDERAL  
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PE/MG

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 25655195/2022-SELOG/SR/PE/MG

I. DO OBJETO									
1.1. Aquisição de bens permanentes e de consumo, como materiais elétricos e de cabeamento estruturado, além de estabilizadores de tensão 220V trifásicos, para atender as demandas da Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:									
ITEM	DENOMINAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	UASG	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL
1	Cabo de Cobre Flexível, 450/750V, não halogenado e com baixa emissão de fumaça, isolamento LSHE/A, 2,5 mm2, <b>COM CERTIFICADO DE QUALIDADE, CONFORME ITEM 7.7.1.</b>	Cabo de cobre flexível sem cobertura, não halogenado e com baixa emissão de fumaça, com isolamento LSHE/A (composto poliolefinico termoplástico não halogenado, condutor formado por fios de cobre nu, tência mole e encordoamento classe 5 de acordo com a ANBT NBR NM 280, temperatura máxima de 70° C em serviço contínuo, 100° C para sobrecarga e 160° C para curto circuito, tensão de isolamento 450/750V, normas NBR 13248, NBR 13570, NBR 5410, cores azul, verde, vermelho, preto, branco - 2,5 mm2	428657	METRO	500	50.000	200350	R\$ 1,85	R\$ 93.240,00
					4	400	153283		
2	Cabo de Cobre Flexível, 450/750V, não halogenado e com baixa emissão de fumaça, isolamento LSHE/A, 2,5 mm2, <b>COM CERTIFICADO DE QUALIDADE, CONFORME ITEM 7.7.1.</b>	Cabo de cobre flexível sem cobertura, não halogenado e com baixa emissão de fumaça, com isolamento LSHE/A (composto poliolefinico termoplástico não halogenado, condutor formado por fios de cobre nu, tência mole e encordoamento classe 5 de acordo com a ANBT NBR NM 280, temperatura máxima de 70° C em serviço contínuo, 100° C para sobrecarga e 160° C para curto circuito, tensão de isolamento 450/750V, normas NBR 13248, NBR 13570, NBR 5410, cores azul, verde, vermelho, preto, branco - 2,5 mm2  - Cota reservada do item 1 (art. 8° do decreto nº 8.538/2015)	428657	METRO	150	15.000	200350	R\$ 1,85	R\$ 27.750,00
3	Cabo de Cobre Flexível, 450/750V, não halogenado e com baixa emissão de fumaça, isolamento LSHE/A, 4,0 mm2, <b>COM CERTIFICADO DE QUALIDADE, CONFORME ITEM 7.7.1.</b>	Cabo de cobre flexível sem cobertura, não halogenado e com baixa emissão de fumaça, com isolamento LSHE/A (composto poliolefinico termoplástico não halogenado, condutor formado por fios de cobre nu, tência mole e encordoamento classe 5 de acordo com a ANBT NBR NM 280, temperatura máxima de 70° C em serviço contínuo, 100° C para sobrecarga e 160° C para curto circuito, tensão de isolamento 450/750V, normas NBR 13248, NBR 13570, NBR 5410, cores azul, verde, vermelho, preto, branco - 4,0 mm2  - Participação exclusiva ME/EPP (art. 6° do decreto nº 8.538/2015)	341983	METRO	230	23.000	200350	R\$ 2,98	R\$ 68.540,00
4	Cabo de Cobre Flexível, 450/750V, não halogenado e com baixa emissão de fumaça, isolamento LSHE/A, 6,0 mm2, <b>COM CERTIFICADO DE QUALIDADE, CONFORME ITEM 7.7.1.</b>	Cabo de cobre flexível sem cobertura, não halogenado e com baixa emissão de fumaça, com isolamento LSHE/A (composto poliolefinico termoplástico não halogenado, condutor formado por fios de cobre nu, tência mole e encordoamento classe 5 de acordo com a ANBT NBR NM 280, temperatura máxima de 70° C em serviço contínuo, 100° C para sobrecarga e 160° C para curto circuito, tensão de isolamento 450/750V, normas NBR 13248, NBR 13570, NBR 5410, cores azul, verde, vermelho, preto, branco - 6,0 mm2  - Participação exclusiva ME/EPP (art. 6° do decreto nº 8.538/2015)	342048	METRO	40	4.000	200350	R\$ 4,37	R\$ 17.480,00
5	Cabo de Cobre Flexível, 0,6/1KV, não halogenado e com baixa emissão de fumaça, isolamento HEPR 90° C, cobertura SHF-1, 10,0 mm2, <b>COM CERTIFICADO DE QUALIDADE, CONFORME ITEM 7.7.2.</b>	Cabo de cobre flexível, com isolamento HEPR 90° C (composto termofixo extrudado a base de etilenopropileno de alto módulo), cobertura SHF-1 (composto poliolefinico termoplástico não halogenado), condutor formado por fios de cobre nu, tência mole e encordoamento classe 5 de acordo com a ANBT NBR NM 280, temperatura máxima de 90° C em serviço contínuo, 130° C para sobrecarga e 250° C para curto circuito, tensão de isolamento 0,6/1,0 kV, normas NBR 13248, NBR 13570, NBR 541004 (item 6.2.3.5), cores azul, verde, vermelho, preto, branco - 10,0 mm2  - Participação exclusiva ME/EPP (art. 6° do decreto nº 8.538/2015)	458473	METRO	50	5.000	200350	R\$ 6,46	R\$ 32.300,00
6	Cabo de Cobre Flexível, 0,6/1KV, não halogenado e com baixa emissão de fumaça, isolamento HEPR 90° C, cobertura SHF-1, 25,0 mm2, <b>COM CERTIFICADO DE QUALIDADE, CONFORME ITEM 7.7.2.</b>	Cabo de cobre flexível, com isolamento HEPR 90° C (composto termofixo extrudado a base de etilenopropileno de alto módulo), cobertura SHF-1 (composto poliolefinico termoplástico não halogenado), condutor formado por fios de cobre nu, tência mole e encordoamento classe 5 de acordo com a ANBT NBR NM 280, temperatura máxima de 90° C em serviço contínuo, 130° C para sobrecarga e 250° C para curto circuito, tensão de isolamento 0,6/1,0 kV, normas NBR 13248, NBR 13570, NBR 541004 (item 6.2.3.5), cores azul, verde, vermelho, preto, branco - 25,0 mm2  - Participação exclusiva ME/EPP (art. 6° do decreto nº 8.538/2015)	402003	METRO	10	1.000	200350	R\$ 20,11	R\$ 20.110,00
7	Cabo de Cobre Flexível, 0,6/1KV, não halogenado e com baixa emissão de fumaça, isolamento HEPR 90° C, cobertura SHF-1, 35,0 mm2, <b>COM CERTIFICADO DE QUALIDADE, CONFORME ITEM 7.7.2.</b>	Cabo de cobre flexível, com isolamento HEPR 90° C (composto termofixo extrudado a base de etilenopropileno de alto módulo), cobertura SHF-1 (composto poliolefinico termoplástico não halogenado), condutor formado por fios de cobre nu, tência mole e encordoamento classe 5 de acordo com a ANBT NBR NM 280, temperatura máxima de 90° C em serviço contínuo, 130° C para sobrecarga e 250° C para curto circuito, tensão de isolamento 0,6/1,0 kV, normas NBR 13248, NBR 13570, NBR 541004 (item 6.2.3.5), cores azul, verde, vermelho, preto, branco - 35,0 mm2  - Participação exclusiva ME/EPP (art. 6° do decreto nº 8.538/2015)	314767	METRO	10	1.000	200350	R\$ 26,88	R\$ 26.880,00
8	Cabo de Cobre Flexível, 0,6/1KV, não halogenado e com baixa emissão de fumaça, isolamento HEPR 90° C, cobertura SHF-1, 35,0 mm2, <b>COM CERTIFICADO DE QUALIDADE, CONFORME ITEM 7.7.2.</b>	Cabo de cobre flexível, com isolamento HEPR 90° C (composto termofixo extrudado a base de etilenopropileno de alto módulo), cobertura SHF-1 (composto poliolefinico termoplástico não halogenado), condutor formado por fios de cobre nu, tência mole e encordoamento classe 5 de acordo com a ANBT NBR NM 280, temperatura máxima de 90° C em serviço contínuo, 130° C para sobrecarga e 250° C para curto circuito, tensão de isolamento 0,6/1,0 kV, normas NBR 13248, NBR 13570, NBR 541004 (item 6.2.3.5), cores azul, verde, vermelho, preto, branco - 50,0 mm2  - Participação exclusiva ME/EPP (art. 6° do decreto nº 8.538/2015)	458461	METRO	10	1.000	200350	R\$ 38,79	R\$ 38.790,00
9	Cabo de Cobre Flexível, 0,6/1KV, não halogenado e com baixa emissão de fumaça, isolamento HEPR 90° C, cobertura SHF-1, 70,0 mm2, <b>COM CERTIFICADO DE QUALIDADE, CONFORME ITEM 7.7.2.</b>	Cabo de cobre flexível, com isolamento HEPR 90° C (composto termofixo extrudado a base de etilenopropileno de alto módulo), cobertura SHF-1 (composto poliolefinico termoplástico não halogenado), condutor formado por fios de cobre nu, tência mole e encordoamento classe 5 de acordo com a ANBT NBR NM 280, temperatura máxima de 90° C em serviço contínuo, 130° C para sobrecarga e 250° C para curto circuito, tensão de isolamento 0,6/1,0 kV, normas NBR 13248, NBR 13570, NBR 541004 (item 6.2.3.5), cores azul, verde, vermelho, preto, branco - 70,0 mm2  - Participação exclusiva ME/EPP (art. 6° do decreto nº 8.538/2015)	458518	METRO	3	300	200350	R\$ 62,94	R\$ 18.882,00
10	Cabo de Cobre Flexível, 0,6/1KV, não halogenado e com baixa emissão de fumaça, isolamento HEPR 90° C, cobertura SHF-1, 95,0 mm2, <b>COM CERTIFICADO DE QUALIDADE, CONFORME ITEM 7.7.2.</b>	Cabo de cobre flexível, com isolamento HEPR 90° C (composto termofixo extrudado a base de etilenopropileno de alto módulo), cobertura SHF-1 (composto poliolefinico termoplástico não halogenado), condutor formado por fios de cobre nu, tência mole e encordoamento classe 5 de acordo com a ANBT NBR NM 280, temperatura máxima de 90° C em serviço contínuo, 130° C para sobrecarga e 250° C para curto circuito, tensão de isolamento 0,6/1,0 kV, normas NBR 13248, NBR 13570, NBR 541004 (item 6.2.3.5), cores azul, verde, vermelho, preto, branco - 95,0 mm2  - Participação exclusiva ME/EPP (art. 6° do decreto nº 8.538/2015)	458512	METRO	1	100	200350	R\$ 84,99	R\$ 8.499,00
11	Cabo de Cobre Flexível, 0,6/1KV, não halogenado e com baixa emissão de fumaça, isolamento HEPR 90° C, cobertura SHF-1, 120,0 mm2, <b>COM CERTIFICADO DE QUALIDADE, CONFORME ITEM 7.7.2.</b>	Cabo de cobre flexível, com isolamento HEPR 90° C (composto termofixo extrudado a base de etilenopropileno de alto módulo), cobertura SHF-1 (composto poliolefinico termoplástico não halogenado), condutor formado por fios de cobre nu, tência mole e encordoamento classe 5 de acordo com a ANBT NBR NM 280, temperatura máxima de 90° C em serviço contínuo, 130° C para sobrecarga e 250° C para curto circuito, tensão de isolamento 0,6/1,0 kV, normas NBR 13248, NBR 13570, NBR 541004 (item 6.2.3.5), cores azul, verde, vermelho, preto, branco - 120,0 mm2	458507	METRO	120	1.200	200350	R\$ 99,34	R\$ 119.208,00
12	Cabo de Cobre Flexível, 0,6/1KV, não halogenado e com baixa emissão de fumaça, isolamento HEPR 90° C, cobertura SHF-1, 120,0 mm2, <b>COM CERTIFICADO DE QUALIDADE, CONFORME ITEM 7.7.2.</b>	Cabo de cobre flexível, com isolamento HEPR 90° C (composto termofixo extrudado a base de etilenopropileno de alto módulo), cobertura SHF-1 (composto poliolefinico termoplástico não halogenado), condutor formado por fios de cobre nu, tência mole e encordoamento classe 5 de acordo com a ANBT NBR NM 280, temperatura máxima de 90° C em serviço contínuo, 130° C para sobrecarga e 250° C para curto circuito, tensão de isolamento 0,6/1,0 kV, normas NBR 13248, NBR 13570, NBR 541004 (item 6.2.3.5), cores azul, verde, vermelho, preto, branco - 120,0 mm2  - Cota reservada do item 11 (art. 8° do decreto nº 8.538/2015)	458507	METRO	3	300	200350	R\$ 99,34	R\$ 29.802,00
13	Cabo de Cobre Flexível, 0,6/1KV, não halogenado e com baixa emissão de fumaça, isolamento HEPR 90° C, cobertura SHF-1, 150,0 mm2, <b>COM CERTIFICADO DE QUALIDADE, CONFORME ITEM 7.7.2.</b>	Cabo de cobre flexível, com isolamento HEPR 90° C (composto termofixo extrudado a base de etilenopropileno de alto módulo), cobertura SHF-1 (composto poliolefinico termoplástico não halogenado), condutor formado por fios de cobre nu, tência mole e encordoamento classe 5 de acordo com a ANBT NBR NM 280, temperatura máxima de 90° C em serviço contínuo, 130° C para sobrecarga e 250° C para curto circuito, tensão de isolamento 0,6/1,0 kV, normas NBR 13248, NBR 13570, NBR 541004 (item 6.2.3.5), cores azul, verde, vermelho, preto, branco - 150,0 mm2  - Participação exclusiva ME/EPP (art. 6° do decreto nº 8.538/2015)	458502	METRO	2	200	200350	R\$ 128,35	R\$ 25.670,00
14	Cabo de Cobre Flexível, 0,6/1KV, não halogenado e com baixa emissão de fumaça, isolamento HEPR 90° C, cobertura SHF-1, 240,0 mm2, <b>COM CERTIFICADO DE QUALIDADE, CONFORME ITEM 7.7.2.</b>	Cabo de cobre flexível, com isolamento HEPR 90° C (composto termofixo extrudado a base de etilenopropileno de alto módulo), cobertura SHF-1 (composto poliolefinico termoplástico não halogenado), condutor formado por fios de cobre nu, tência mole e encordoamento classe 5 de acordo com a ANBT NBR NM 280, temperatura máxima de 90° C em serviço contínuo, 130° C para sobrecarga e 250° C para curto circuito, tensão de isolamento 0,6/1,0 kV, normas NBR 13248, NBR 13570, NBR 541004 (item 6.2.3.5), cores azul, verde, vermelho, preto, branco - 240,0 mm2	458490	METRO	20	2.300	200350	R\$ 208,00	R\$ 478.400,00
15	Cabo de Cobre Flexível, 0,6/1KV, não halogenado e com baixa emissão de fumaça, isolamento HEPR 90° C, cobertura SHF-1, 240,0 mm2, <b>COM CERTIFICADO DE QUALIDADE, CONFORME ITEM 7.7.2.</b>	Cabo de cobre flexível, com isolamento HEPR 90° C (composto termofixo extrudado a base de etilenopropileno de alto módulo), cobertura SHF-1 (composto poliolefinico termoplástico não halogenado), condutor formado por fios de cobre nu, tência mole e encordoamento classe 5 de acordo com a ANBT NBR NM 280, temperatura máxima de 90° C em serviço contínuo, 130° C para sobrecarga e 250° C para curto circuito, tensão de isolamento 0,6/1,0 kV, normas NBR 13248, NBR 13570, NBR 541004 (item 6.2.3.5), cores azul, verde, vermelho, preto, branco - 240,0 mm2	458490	METRO	3	300	200350	R\$ 208,00	R\$ 62.400,00

		- Cota reservada do item 14 (art. 8º do decreto nº 8.538/2015)							
16	Cabo Eletrônico Categoria 06 U/UTP 23AWGx4P, Classe LSZH-3, <b>COM CERTIFICADO DE QUALIDADE, CONFORME ITEM 7.7.3.</b>	Cabo eletrônico categoria 06, U/UTP 23AWG X 4 pares trançados, CAT 6, CLASSE LSZH-3, na cor azul, com gravação sequencial métrica (metros), atendendo diretira RoHS, com certificado ANATEL, com certificado de conformidade de testes elétricos ETL VERIFIED e de canal CAT.6, SEGUNDO NORMA ANSI/TIA-568.2-D por laboratório independente ETL com pelo menos 4 conexões - REF: FURUKAWA ou equivalente	467549	CAIXA 305MT	2	240	200350		
					1	1	153283	R\$ 2.406,76	R\$ 580.029,16
17	Cabo Eletrônico Categoria 06 U/UTP 23AWGx4P, Classe LSZH-3, <b>COM CERTIFICADO DE QUALIDADE, CONFORME ITEM 7.7.3.</b>	Cabo eletrônico categoria 06, U/UTP 23AWG X 4 pares trançados, CAT 6, CLASSE LSZH-3, na cor azul, com gravação sequencial métrica (metros), atendendo diretira RoHS, com certificado ANATEL, com certificado de conformidade de testes elétricos ETL VERIFIED e de canal CAT.6, SEGUNDO NORMA ANSI/TIA-568.2-D por laboratório independente ETL com pelo menos 4 conexões - REF: FURUKAWA ou equivalente, caixa com 305,00 metros. - Cota reservada do item 16 (art. 8º do decreto nº 8.538/2015)	467549	CAIXA 305MT	1	20	200350	R\$ 2.406,76	R\$ 48.135,20
18	Cabo Eletrônico Blindado Categoria 06A F/UTP 23AWGx4P, Classe LSZH-3, <b>COM CERTIFICADO DE QUALIDADE, CONFORME ITEM 7.7.4.</b>	Cabo eletrônico categoria 06A blindado, F/UTP 23AWG X 4 pares trançados, CAT 6A, CLASSE LSZH-3, na cor azul, com gravação sequencial métrica (metros), atendendo diretira RoHS, com certificado ANATEL, com certificado de conformidade de testes elétricos ETL VERIFIED e de canal CAT.6, SEGUNDO NORMA ANSI/TIA-568.2-D por laboratório independente ETL com pelo menos 4 conexões - REF: FURUKAWA ou equivalente, caixa com 305,00 metros.	474228	CAIXA 305MT	1	15	200350		
					1	10	462428	R\$ 6.367,49	R\$ 159.187,25
19	Cabo Eletrônico Blindado Categoria 06A F/UTP 23AWGx4P, Classe LSZH-3, <b>COM CERTIFICADO DE QUALIDADE, CONFORME ITEM 7.7.4.</b>	Cabo eletrônico categoria 06A blindado, F/UTP 23AWG X 4 pares trançados, CAT 6A, CLASSE LSZH-3, na cor azul, com gravação sequencial métrica (metros), atendendo diretira RoHS, com certificado ANATEL, com certificado de conformidade de testes elétricos ETL VERIFIED e de canal CAT.6, SEGUNDO NORMA ANSI/TIA-568.2-D por laboratório independente ETL com pelo menos 4 conexões - REF: FURUKAWA ou equivalente, caixa com 305,00 metros. - Cota reservada do item 18 (art. 8º do decreto nº 8.538/2015)	474228	CAIXA 305MT	1	5	200350	R\$ 6.367,49	R\$ 31.837,00
20	Patch Cord Categoria 06 U/UTP 23AWGx4P, Classe LSZH-3, 1,50m, <b>COM CERTIFICADO DE QUALIDADE, CONFORME ITEM 7.7.3.</b>	Patch Cord categoria 06, U/UTP 4 pares trançados, CAT 6, CLASSE LSZH-3, na cor azul, atendendo diretira RoHS, com certificado ANATEL, com certificado de conformidade de testes elétricos ETL VERIFIED e de canal CAT.6, SEGUNDO NORMA ANSI/TIA-568.2-D por laboratório independente ETL com pelo menos 4 conexões, 1,5 metros de comprimento - REF: FURUKAWA ou equivalente	472868	UNIDADE	12	1.200	200350	R\$ 58,84	R\$ 70.608,00
21	Patch Cord Categoria 06 U/UTP 23AWGx4P, Classe LSZH-3, 1,50m, <b>COM CERTIFICADO DE QUALIDADE, CONFORME ITEM 7.7.3.</b>	Patch Cord categoria 06, U/UTP 4 pares trançados, CAT 6, CLASSE LSZH-3, na cor azul, atendendo diretira RoHS, com certificado ANATEL, com certificado de conformidade de testes elétricos ETL VERIFIED e de canal CAT.6, SEGUNDO NORMA ANSI/TIA-568.2-D por laboratório independente ETL com pelo menos 4 conexões, 1,5 metros de comprimento - REF: FURUKAWA ou equivalente - Cota reservada do item 20 (art. 8º do decreto nº 8.538/2015)	472868	UNIDADE	3	300	200350	R\$ 58,84	R\$ 17.652,00
22	Patch Cord Categoria 06 U/UTP 23AWGx4P, Classe LSZH-3, 2,50m, <b>COM CERTIFICADO DE QUALIDADE, CONFORME ITEM 7.7.3.</b>	Patch Cord categoria 06, U/UTP 4 pares trançados, CAT 6, CLASSE LSZH-3, na cor azul, atendendo diretira RoHS, com certificado ANATEL, com certificado de conformidade de testes elétricos ETL VERIFIED e de canal CAT.6, SEGUNDO NORMA ANSI/TIA-568.2-D por laboratório independente ETL com pelo menos 4 conexões, 2,5 m de comprimento - REF: FURUKAWA ou equivalente	465452	UNIDADE	12	1.200	200350	R\$ 60,26	R\$ 72.312,00
23	Patch Cord Categoria 06 U/UTP 23AWGx4P, Classe LSZH-3, 2,50m, <b>COM CERTIFICADO DE QUALIDADE, CONFORME ITEM 7.7.3.</b>	Patch Cord categoria 06, U/UTP 4 pares trançados, CAT 6, CLASSE LSZH-3, na cor azul, atendendo diretira RoHS, com certificado ANATEL, com certificado de conformidade de testes elétricos ETL VERIFIED e de canal CAT.6, SEGUNDO NORMA ANSI/TIA-568.2-D por laboratório independente ETL com pelo menos 4 conexões, 2,5 m de comprimento - REF: FURUKAWA ou equivalente - Cota reservada do item 22 (art. 8º do decreto nº 8.538/2015)	465452	UNIDADE	3	300	200350	R\$ 60,26	R\$ 18.078,00
24	Patch Cord Categoria 06A F/UTP 23AWGx4P, Classe LSZH-3, 1,50m, <b>COM CERTIFICADO DE QUALIDADE, CONFORME ITEM 7.7.4.</b>	Patch Cord categoria 06A blindado, F/UTP 4 pares trançados, CAT 6A, CLASSE LSZH-3, na cor azul, atendendo diretira RoHS, com certificado ANATEL, com certificado de conformidade de testes elétricos ETL VERIFIED e de canal CAT.6A, SEGUNDO NORMA ANSI/TIA-568.2-D por laboratório independente ETL com pelo menos 4 conexões, 1,5 metros de comprimento - REF: FURUKAWA ou equivalente - Participação exclusiva ME/EPP (art. 6º do decreto nº 8.538/2015)	472868	UNIDADE	1	100	200350	R\$ 202,14	R\$ 20.214,00
25	Patch Cord Categoria 06A F/UTP 23AWGx4P, Classe LSZH-3, 2,50m, <b>COM CERTIFICADO DE QUALIDADE, CONFORME ITEM 7.7.4.</b>	Patch Cord categoria 06A blindado, F/UTP 4 pares trançados, CAT 6A, CLASSE LSZH-3, na cor azul, atendendo diretira RoHS, com certificado ANATEL, com certificado de conformidade de testes elétricos ETL VERIFIED e de canal CAT.6A, SEGUNDO NORMA ANSI/TIA-568.2-D por laboratório independente ETL com pelo menos 4 conexões, 2,5 metros de comprimento - REF: FURUKAWA ou equivalente - Participação exclusiva ME/EPP (art. 6º do decreto nº 8.538/2015)	465452	UNIDADE	1	100	200350	R\$ 291,28	R\$ 29.128,00
26	Eletroduto de PVC rígido rosqueável, DN 25 mm (3/4)"	Eletroduto de PVC rígido rosqueável, DN 25 mm (3/4)", barra de 3 metros	253550	METRO	10	11.200	200350	R\$ 7,70	R\$ 86.240,00
27	Eletroduto de PVC rígido rosqueável, DN 25 mm (3/4)"	Eletroduto de PVC rígido rosqueável, DN 25 mm (3/4)", barra de 3 metros - Cota reservada do item 26 (art. 8º do decreto nº 8.538/2015)	253550	METRO	3	300	200350	R\$ 7,70	R\$ 2.310,00
28	Eletroduto de PVC rígido rosqueável, DN 32 mm (1")	Eletroduto de PVC rígido rosqueável, DN 32 mm (1)", barra de 3 metros - Participação exclusiva ME/EPP (art. 6º do decreto nº 8.538/2015)	446083	METRO	50	5.500	200350	R\$ 10,47	R\$ 57.585,00
29	Eletroduto de PVC rígido rosqueável, DN 60 mm (2")	Eletroduto de PVC rígido rosqueável, DN 60 mm (2)", barra de 3 metros - Participação exclusiva ME/EPP (art. 6º do decreto nº 8.538/2015)	349626	METRO	3	350	200350	R\$ 27,56	R\$ 9.646,00
30	Lâmpada tubular LED BIVOLT de 18/20W, base G13	Lâmpada tubular LED BIVOLT de 18/20W, base G13	449306	UNIDADE	20	2.800	200350	R\$ 26,73	R\$ 74.844,00
31	Lâmpada tubular LED BIVOLT de 18/20W, base G13	Lâmpada tubular LED BIVOLT de 18/20W, base G13 - Cota reservada do item 30 (art. 8º do decreto nº 8.538/2015)	449306	UNIDADE	4	400	153283	R\$ 26,73	R\$ 10.692,00
32	Filtro de Linha PVC c/ 5 tomadas 2P+T 10A, 127V, 1,50M, C/PROTETOR SURTO	Filtro de Linha em Chapa Plástica de Alto Impacto (PVC), com 05 tomadas 2P+T 10A, inclusive cabo de alimentação de 1,50m, com protetor contra surtos de tensão, chave liga/desliga, tensão nominal de 127V, cor preta	350351	UNIDADE	30	3.200	200350		
					1	30	153271		
					1	20	153283	R\$ 20,98	R\$ 68.185,00
33	Filtro de Linha PVC c/ 5 tomadas 2P+T 10A, 127V, 1,50M, C/PROTETOR SURTO	Filtro de Linha em Chapa Plástica de Alto Impacto (PVC), com 05 tomadas 2P+T 10A, inclusive cabo de alimentação de 1,50m, com protetor contra surtos de tensão, chave liga/desliga, tensão nominal de 127V, cor preta - Cota reservada do item 32 (art. 8º do decreto nº 8.538/2015)	353051	UNIDADE	2	200	462428	R\$ 20,98	R\$ 4.196,00
34	Estabilizador eletrônico de tensão 220V trifásico, com transformador isolador, tensão de entrada e saída trifásica 127V F-N / 220V F-F, potência de 10KVA	Estabilizador Eletrônico de Tensão 220V Trifásico, potência de 10 KVA, fator de potência de 0,8, Configuração Trifásica, com transformador isolador de rede, Tensão de Entrada 220/127 VCA, Tensão de Saída 220/127 VCA, Frequência 60Hz, com conectores de entrada e saída, relâmbios para movimentação e auto-sustentação, sensor de tensão, rearme automático, visualização em painel de LED, com bay pass manual, gabinete metálico com pintura epóxi de alta resistência e anticorrosivo, ventilação natural e forçada, com painel frontal em LED's de indicação (LIGA, NORMAL, ALTA, BAIXA, FALHA, BY PASS, SAÍDA) e teclas de configuração, lampas laterais, conector RS-232 com porta DB9 para cabo de comunicação, com proteções para sobrecarga de entrada, saída, sub tensão, sobre tensão, botão de bypass, sobretemperatura, curto circuito de sída, medição com indicador digital LCD (voltímetro, freqüencímetro e wattímetro), alarmes de falta de rede, sobrecarga e falha interna, Interfaces em RS 232, USB e ModBus, garantia de 12 meses	41629	UNIDADE	1	20	200350	R\$ 14.485,53	R\$ 289.710,60
35	Estabilizador eletrônico de tensão 220V trifásico, com transformador isolador, tensão de entrada e saída trifásica 127V F-N / 220V F-F, potência de 10KVA	Estabilizador Eletrônico de Tensão 220V Trifásico, potência de 10 KVA, fator de potência de 0,8, Configuração Trifásica, com transformador isolador de rede, Tensão de Entrada 220/127 VCA, Tensão de Saída 220/127 VCA, Frequência 60Hz, com conectores de entrada e saída, relâmbios para movimentação e auto-sustentação, sensor de tensão, rearme automático, visualização em painel de LED, com bay pass manual, gabinete metálico com pintura epóxi de alta resistência e anticorrosivo, ventilação natural e forçada, com painel frontal em LED's de indicação (LIGA, NORMAL, ALTA, BAIXA,	41629	UNIDADE	1	10	462428	R\$ 14.485,53	R\$ 140.485,33

		FALHA, BY BASS, SAÍDA) e teclas de configuração, tampas laterais, conector RS-232 com porta DB9 para cabo de comunicação, com proteções para sobrecarga de entrada, saída, sub tensão, sobre tensão, botão de bypass, sobretensão, curto circuito de saída, medição com indicador digital LCD (voltímetro, frequencímetro e wattímetro), alarmes de falta de rede, sobrecarga e falha interna, Interfaces em RS 232, USB e ModBus, garantia de 12 meses							
36	Estabilizador eletrônico de tensão 220V trifásico, com transformador isolador, tensão de entrada e saída trifásica 127V F-N / 220V F-F, potência de 15KVA	Estabilizador Eletrônico de Tensão 220V Trifásico, potência de 15 KVA, fator de potência de 0,8, Configuração Trifásica, com transformador isolador de rede, Tensão de Entrada 220/127 VCA, Tensão de Saída 220/127 VCA, Frequência 60Hz, com conectores de entrada e saída, rodízios para movimentação e auto-sustentação, sensor de tensão, rearme automático, visualização em painel de LED, com bay pass manual, gabinete metálico com pintura epóxi de alta resistência e anticorrosivo, ventilação natural e forçada, com painel frontal em LED's de indicação (LIGA, NORMAL, ALTA, BAIXA, FALHA, BY BASS, SAÍDA) e teclas de configuração, tampas laterais, conector RS-232 com porta DB9 para cabo de comunicação, com proteções para sobrecarga de entrada, saída, sub tensão, sobre tensão, botão de bypass, sobretensão, curto circuito de saída, medição com indicador digital LCD (voltímetro, frequencímetro e wattímetro), alarmes de falta de rede, sobrecarga e falha interna, Interfaces em RS 232, USB e ModBus, garantia de 12 meses  - Participação exclusiva ME/EPP (art. 6º do decreto nº 8.538/2015)	41629	UNIDADE	1	4	200350	R\$ 17.757,68	R\$ 71.030,72
37	Estabilizador eletrônico de tensão 220V trifásico, com transformador isolador, tensão de entrada e saída trifásica 127V F-N / 220V F-F, potência de 15KVA	Estabilizador Eletrônico de Tensão 220V Trifásico, potência de 15 KVA, fator de potência de 0,8, Configuração Trifásica, com transformador isolador de rede, Tensão de Entrada 220/127 VCA, Tensão de Saída 220/127 VCA, Frequência 60Hz, com conectores de entrada e saída, rodízios para movimentação e auto-sustentação, sensor de tensão, rearme automático, visualização em painel de LED, com bay pass manual, gabinete metálico com pintura epóxi de alta resistência e anticorrosivo, ventilação natural e forçada, com painel frontal em LED's de indicação (LIGA, NORMAL, ALTA, BAIXA, FALHA, BY BASS, SAÍDA) e teclas de configuração, tampas laterais, conector RS-232 com porta DB9 para cabo de comunicação, com proteções para sobrecarga de entrada, saída, sub tensão, sobre tensão, botão de bypass, sobretensão, curto circuito de saída, medição com indicador digital LCD (voltímetro, frequencímetro e wattímetro), alarmes de falta de rede, sobrecarga e falha interna, Interfaces em RS 232, USB e ModBus, garantia de 12 meses	41629	UNIDADE	1	5	462428	R\$ 17.757,68	R\$ 88.788,40

- 1.2. Para apresentação da proposta referentes aos itens 01 à 25, o licitante deverá apresentar Certificado de Qualidade, conforme detalhamento nesse Termo de Referência (Item 07 - DO CERTIFICADO DE QUALIDADE). Os demais itens seguem as especificações usuais de mercado.
- 1.3. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 1.4. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 1.5. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.
- 1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura do contrato decorrente da ata de registro de preços.
- 1.7. O contrato poderá ser prorrogado, nos casos previstos no artigo 57, §1º, da Lei 8.666/93, mediante a comprovação dos requisitos legais.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO
- 2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO
- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS
- 4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE
- 5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas obrigações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.
- 5.2. Em especial, pontua-se que as práticas de sustentabilidade sempre serão iniciativas a serem incentivadas e finalizadas pela PF, tanto no fornecimento dos materiais, quanto no sem emprego. A redução na redução de resíduos sólidos é uma premissa essencial para a garantia da eficiência no uso do produto, promovendo sempre a separação de resíduos recicláveis para posterior destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Tais práticas estão alinhadas aos termos definidos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10 de 2021, c/c o artigo 2º, parágrafo 1º do Decreto 10.024 de 2019, estabelecendo mecanismos para uma logística sustentável dos materiais, visando a redução do consumo, visando a melhoria na gestão do gasto público.
- 5.3. No que se refere à aquisição de produtos desse Termo de Referência, importante considerar os critérios definidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, 5a Edição, julho de 2022, que define que a escolha dos bens a serem adquiridos devem levar em conta os seguintes critérios e práticas sustentáveis:

5.3.1. Materiais com baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

5.3.2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local;

5.3.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

5.3.4. Maior geração de empregos, preferencialmente de mão de obra local;

5.3.5. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

5.3.6. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

5.3.7. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras;

5.3.8. Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originário de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.
- 5.4. Com exceção do último item que se refere à utilização de produtos madeireiros, os bens a que se pretende adquirir nesse processo visam a redução de uso de recursos naturais, com tecnologias locais e de maior durabilidade, já que foram especificados com atendimento à qualidade na sua aplicabilidade, reduzindo a necessidade de substituição e manutenção, preservando o bem público, a vida das pessoas e economizando recursos para a produção de materiais de substituição. O emprego de materiais de qualidade, que atendam as normas de uso e adequabilidade, resultam em soluções definitivas, com redução no consumo e proteção da vida e dos recursos naturais.
- 5.5. Além disso, considerando as fases do ciclo de vida do produto, pode-se indicar algumas práticas que serão parte integrante dessa contratação, em conformidade com o artigo 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, já que a fornecedora do produto deverá, após a emissão da nota de empenho, considerar em seu fornecimento os seguintes itens:

5.5.1. Os materiais a serem fornecidos deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15.448-1 E 15448-2;

5.5.2. Os materiais deverão ter a Certificação do INMETRO, que estabelece requisitos ambientais para obtenção de certificação, normalização e qualidade industrial, com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental com relação aos seus similares de mercado;

5.5.3. Os materiais deverão ser fornecidos em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, adotando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento;

5.5.4. Os materiais não poderão ter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada pela diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilopolibromados (PBDEs).
- 5.6. No que se refere ao Cadastro Técnico Federal, CTF, que registra pessoas físicas e jurídicas que exercem atividades que desempenham interesse de controle e fiscalização do IBAMA, há de se frisar que os materiais a serem adquiridos estão fora das atividades listadas no Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 10 de 27/05/2013, já que tais materiais não se prestam para medir, testar e controlar a atividade industrial, tão pouco a nível nuclear, tratando-se apenas de materiais elétricos e equipamentos de estabilização de energia, sem necessidade de controle do IBAMA.
- 5.7. Considerando, no entanto, o Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13 de 25/08/2021, há de se frisar que todos os produtos a que se pretende adquirir estão enquadrados nas diretrizes traçadas na Instrução Normativa IBAMA nº 13 de 25/08/2021. Dessa forma, todos os licitantes deverão apresentar como condição de participação do certame, o registro no Cadastro Técnico Federal, CTF, já que irão comercializar produtos potencialmente poluidores ou utilizadoras de recursos ambientais, conforme parecer nº 26/2016/DECOR/CGU/AGU como condição para habilitação.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO
- 6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do(a) recebimento da nota de empenho, em remessa única, nos seguintes endereços:

6.1.1. UASG 200350 - Rua Nascimento Gurgel, 30 – Bairro Gutierrez – Belo Horizonte – MG no Almoarifado.

6.1.2. UASG 153271 - AV. ANTONIO CARLOS, 6627 - PAMPULHA - Belo Horizonte/MG (PRÓ REITORIA)

6.1.3. UASG 153283 - AV. ANTONIO CARLOS, 6627 - PAMPULHA - Belo Horizonte/MG (FACULDADE DE CIENCIAS ECONOMICAS)

6.1.4. UASG 462428 - ESTRADA DA USINA, 669 - MORADA DO SOL - Rio Branco/AC
- 6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05(cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. DO CERTIFICADO DE QUALIDADE
- 7.1. A licitante, na hora da apresentação de sua proposta de preços, após o fechamento da fase de lances, deverá apresentar Certificado de Qualidade os itens 01 à 25, relacionados na tabela do Objeto desse Registro de Preços.
- 7.2. Os Certificados de Qualidade visam garantir que os produtos a que se pretende adquirir estão em conformidade com as especificações detalhadas nesse tópico.
- 7.3. A Polícia Federal se reserva no direito de realizar laudos técnicos para verificar se os produtos adquiridos, após o fornecimento dos bens pelo futuro contratado, estão dentro das especificações desse Termo de Referência. Os laudos serão realizados por entidades de direito público ou privado, brasileiras e internacionais, com total isenção sobre objeto licitado, e ocorrerão através de ensaios em laboratórios especializados. Produtos ofertados fora das especificações descritas nesse Termo de Referência, sujeitam os infratores às penas da lei (esfera administrativa e criminal).
- 7.4. Os laudos técnicos serão realizados a critério da Fiscalização do Contrato, após a emissão da nota de empenho e a entrega do lote de produtos pelo Contratado.
- 7.5. Para realização do laudo, a Fiscalização fará a retirada aleatória de amostras do material entregue e enviará para Laboratório Especializado, com a contraprova de material adquirido de fornecedores credenciados pelas entidades internacionais e brasileiras. Caso o produto fornecido esteja fora das especificações detalhadas nesse tópico e no Certificado de Qualidade, será aberto processo de apuração de responsabilidade administrativa e penal, conforme previsto legal.
- 7.6. De forma a não restar dúvidas, o licitante deverá apresentar junto de sua propostas de preços, os Certificados de Qualidade dos itens a que pretende participar, acompanhados do Termo de Ciência, presente no ANEXO III desse Termo de Referência.
- 7.7. A seguir as especificações dos Certificados de Qualidade dos itens sob proposta de fornecimento:

7.7.1. Certificados de Qualidade para Cabos de Cobre Flexível 450/750V:

7.7.1.1. Deverá ser apresentado junto da proposta de preços dos itens de 01 a 04, que se referem à "Cabo de cobre flexível sem cobertura, não halogenado e com baixa emissão de fumaça, com isolamento LSHF/A (composto poliolefinico termoplástico não halogenado, condutor formado por fios de cobre nu, temperatura mole e encondimento classe 5 de acordo com a ABNT NBR NM 280, temperatura máxima de 70º C em serviço contínuo, 100º C para sobrecarga e 160º C para curto circuito, tensão de isolamento 450/750V, normas NBR 13248, NBR 13570, NBR 5410, cores azul, verde, vermelho, preto, branco", para as bitolas de 2,5mm², 4,0 mm² e 6,0 mm²;

7.7.1.2. O Certificado deverá ter prazo de validade e garantir o fornecimento do bem de consumo durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

7.7.1.3. Itens mínimos que devem constar no Certificado de Conformidade:

• Número do Certificado;

• Data de Emissão e Validade;

• Identificação do Fornecedor;

• Identificação do Produto Certificado e Família do Produto (Condutor Flexível, isolado em composto poliolefinico termoplástico 70vC, até 450/750V, sem cobertura);

• Identificação do Modelo/Tipo do Produto (Condutor flexível isolado em composto termoplástico sem cobertura (LSHF – Low Smoke Halogen Free), 450/750V, 70 °C. Classe 5);

• Identificação das normas aplicáveis (ABNT NBR NM 13248:2014);

• Identificação do Programa de Certificação ou Portaria (Portaria INMETRO nº 131, de 23 de Março de 2022 [INMETRO];

• Identificação do Relatório de Avaliação e Ensaios;

• Identificação do Selo de Identificação da Conformidade do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade (SBAC) para o produto relacionado no certificado.

7.7.2. Certificados de Qualidade para Cabos de Cobre Flexível 0,6/1,0 KV:

7.7.2.1. Deverá ser apresentado junto da proposta de preços dos itens de 05 a 15, que se referem à "Cabo de cobre flexível, com isolamento HEPR 90º C (composto termoplástico extrudado a base de etilenopropileno de alta módulo), cobertura SHF-1 (composto poliolefinico termoplástico não halogenado), condutor formado por fios de cobre nu, temperatura mole e encondimento classe 5 de acordo com a ABNT NBR NM 280, temperatura máxima de 90º C em serviço contínuo, 130º C para sobrecarga e 250º C para curto circuito, tensão de isolamento 0,6/1,0 kV, normas NBR 13248, NBR 13570, NBR 5410/04 (item 6.2.3.5), cores azul, verde, vermelho, preto, branco", para as bitolas de 10,0mm², 25,0 mm², 35,0mm², 50,0mm², 70,0mm², 95,0mm², 120,0mm², 150,0mm² e 240,0 mm²;

7.7.2.2. O Certificado deverá ter prazo de validade e garantir o fornecimento do bem de consumo durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

7.7.2.3. Itens mínimos que devem constar no Certificado de Conformidade:

• Número do Certificado;

• Data de Emissão e Validade;

• Identificação do Fornecedor;

• Identificação do Produto Certificado e Família do Produto (Cabo flexível de potência, isolamento em composto termoplástico EPR, cobertura em composto poliolefinico termoplástico, 90ºC, até 0,6/1kV);

• Identificação do Modelo/Tipo do Produto (Cabo de potência isolado em composto termoplástico de borracha (HEPR), com cobertura em composto poliolefinico termoplástico não halogenado (LSHF – Low Smoke Halogen Free), 0,6/1 kV, 90 °C. Classe 5);

• Identificação das normas aplicáveis (ABNT NBR NM 13248:2014);

3 of 6

05/01/2023 13:47



- 13.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 13.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 13.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 13.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 13.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 13.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 13.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 13.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 13.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha ocorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$
$$EM = \text{Encargos moratórios:}$$
$$N = \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;}$$
$$VP = \text{Valor da parcela a ser paga.}$$
$$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438, \text{ assim apurado:}$$
$$I = (TX) \quad I = (6 / 100) \quad I = 0,00016438$$
$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$
$$365$$

14. **DO REAJUSTE**
- 14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 14.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$
$$R = \text{Valor do reajuste procurado;}$$
$$V = \text{Valor contratual a ser reajustado;}$$
$$I^0 = \text{Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação}$$
- 14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 14.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 14.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 14.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1. Como se trata de aquisição de bens cuja relevância não impacta na continuidade das atividades da administração não há necessidade de garantia.

16. **A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS**
- 16.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, aplicando-se apenas para os itens 35 a 37 que se tratam de equipamentos de alto valor agregado.
- 16.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 16.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 16.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 16.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 16.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- 16.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 16.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 16.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 16.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 16.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

17. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo ilícito; ou

e) cometer fraude fiscal.
- 17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) Multa:

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

(2) compensatória de 2,0% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

- 17.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 17.4. As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 17.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

17.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 17.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 17.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 17.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 17.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 17.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 17.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 17.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 17.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 18.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 18.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 18.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

18.3.1. Para todos os produtos desse Termo de Referência, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981;

18.3.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Para fins de comprovação, o atestado deverá contemplar o fornecimento de pelo menos a quantidade mínima estabelecida no Quadro do item 1.1, para o item a que se pretende fornecer o bem ou equipamento. Não poderão ser apresentados atestados distintos para soma dos quantitativos mínimos, devendo o mesmo atestado atender a quantidade mínima estabelecida no quadro referenciado acima.

18.3.3. A proposta de preços dos itens 01 à 25, deverão estar acompanhados dos respectivos Certificados de Qualidade descritos no item 7.7, além da apresentação do Termo de Ciência descrito no ANEXO III.

18.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

18.4.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

18.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

18.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

19. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**
- 19.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 3.023.215,08 (Três milhões vinte e três mil duzentos e quinze reais e oito centavos).
20. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 20.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

21. **DOS ANEXOS**
- 21.1. ANEXO I - COTAÇÕES PAINEL DE PREÇOS
- 21.2. ANEXO II - COTAÇÕES MERCADO
- 21.3. ANEXO III - TERMO DE CIÊNCIA
- 21.4. ANEXO IV - PLANILHA DO MAPA DE COTAÇÕES

CHEFE DO SELOG/SR/PF/MG

DANIEL CARVALHO DOS SANTOS  
AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL  
SELOG/SR/PF/MG

22. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

22.1. Nos termos do inciso II do art. 14 do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019, aprovo este termo de referência e autorizo o procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, fundamentado no Art. 3º, III do Decreto 7982/13 .os itens que se pretende adquirir são necessários ao desenvolvimento das atividades fins da Polícia Federal.

MARCELO SÁLVIO REZENDE VIEIRA  
DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDENTE REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM MINAS GERAIS  
ORDENADOR DE DESPESAS

Belo Horizonte, na data da assinatura.



Documento assinado eletronicamente por DANIEL CARVALHO DOS SANTOS, Agente de Polícia Federal, em 03/01/2023, às 22:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por ANA CAROLINA MOREIRA STRINGHETA, Chefe de Setor - Substituto(a), em 05/01/2023, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA, Ordenador de Despesa - Substituto(a), em 05/01/2023, às 12:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 26313007 e o código CRC CA179C1D.